

II Plano nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325 (2014-2018)

Relatório intercalar de execução - 2017

Junho de 2018



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



ANOS | CIG
ATÉ À IGUALDADE

Índice

Introdução	3
Implementação das áreas estratégicas de intervenção	4
Área estratégica 1 - Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança	4
Área Estratégica 2 - Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança	11
Área estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal ¹⁶	
Área estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática “mulheres, paz e segurança”, e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade	21
Área estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018)	23
Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa	24
Siglas Utilizadas	

Introdução

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 4, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2014, de 26 de dezembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do II Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325 (2014-2018) - adiante designado de II PNA 1325 – procedeu à elaboração do relatório intercalar sobre a execução das medidas previstas para 2017, bem como a avaliação do cumprimento do plano anual de atividades.

O presente relatório pretende reportar, essencialmente, o trabalho realizado durante 2017 pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho, tendo por referência as cinco áreas estratégicas de intervenção¹ e as medidas que as integram.

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do II PNA 1325, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas.

Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros, manteve-se em funcionamento o grupo de apoio à entidade coordenadora do Plano, que integra representantes das seguintes instituições:

- a) Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- b) Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- c) Ministério da Defesa Nacional;
- d) Ministério da Administração Interna
- e) Ministério da Justiça.

Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG, a partir dos contributos recebidos dos Ministérios suprarreferidos.

¹ Área Estratégica 1 – Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança; Área Estratégica 2 – Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança; Área Estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal; Área Estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática «mulheres, paz e segurança», e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade; Área Estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014 -2018).

Implementação das áreas estratégicas de intervenção

Área estratégica 1 - Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança

Medida 1 – Promover o aumento de mulheres nas forças armadas e forças de segurança.

Na **Marinha**, durante 2017 foram realizadas **68 ações de divulgação pela Direção de Pessoal** (que no total representaram 84 dias de empenhamento das equipas de divulgação) por quase todos os distritos do país (em escolas secundárias, escolas profissionais, Faculdades e Politécnicos) e participação em eventos, como “Qualifica”, “Futurália”, “Acnac”, “Volvo Ocean Race”; Dia da Marinha; Comemorações do dia 10 de junho.

A Escola Naval por seu turno realizou **34 ações de divulgação**, abrangendo o mesmo público-alvo tipo.

Total de ações realizadas pela Marinha: 102 ações de divulgação

	QP-B	QP-MN	RC-FZ	RC-OF FZ	RC-U	RC-OC	RC-TSN/TN	Sexo
N.º de candidatos/as que concorreram	22	11	592	264	139	311	110	M
	11	8	34	22	15	78	143	F
N.º de candidatos/as que incorporaram	2	5	141	20	5	71	20	M
	2	0	0	0	0	12	12	F

Legenda:

B – Músicos/as

MN – Médicos/as Navais

FZ – Fuzileiros/as

U – Mergulhadores/as

OC – Outras classes

TSN/TN – Técnicos/as Superiores Navais / Técnicos/as Navais

Em 2017, o Exército efetuou 558 ações de divulgação (o total de 2016 em período homólogo foi de 420). Foram contabilizados até 31 de dezembro de 2017, 5450 candidatos/as ao

Exército, dos quais 1412 do sexo feminino, representando cerca de 26% do total. No ano anterior o total de candidatos/as foi de 7262 sendo 1351 femininos, sendo a percentagem de 19%. Embora tenha havido um decréscimo no número total de candidatos/as, comparativamente com o ano transato, houve um aumento considerável no número de candidatas do sexo feminino (7%).

Em 2017, o Centro de Recrutamento da Força Aérea (CRFA) executou 158 ações de divulgação, das quais, 72 foram realizadas em Centros de Emprego, 42 em Estabelecimentos de Ensino, 15 em Feiras de Emprego, 14 em Órgãos da Força Aérea, 1 em Feiras/Exposições e 14 em outros eventos, tendo envolvido 1425 candidatos/as (319 do sexo feminino e 1106 do sexo masculino).

Em 2017 foram incorporados 31 cadetes na Academia da Força Aérea (7 do sexo feminino e 24 do sexo masculino) e 392 recrutas (68 do sexo feminino e 324 do sexo masculino).

Ministério da Administração Interna

Em 2017, o efetivo da PSP era composto por 21.350 elementos, dos quais 1.671 mulheres e 19.679 homens. O efetivo da GNR era composto por 22.296 militares, dos quais 1.459 mulheres e 20.837 homens.

Medida 2 – Promover o aumento da participação de mulheres em missões internacionais de construção e manutenção da paz e segurança, ajuda humanitária e gestão de crises.

No âmbito do **Ministério da Defesa Nacional**, a Marinha esteve presente em 8 Missões, durante 2017, para as quais foram feitas 35 nomeações (34 homens e 2 mulheres). O Exército participou com 5 Forças Nacionais Destacadas (FND), em 3 Teatros de Operações (Lituânia, Iraque e RCA), com 354 militares do sexo masculino (Oficiais – 54, Sargentos – 94, Praças - 206) e 6 militares do sexo feminino (Oficiais – 1, Sargentos – 3, Praças - 2), correspondendo o número de militares a 2% do total. Verificou-se uma diminuição significativa do número de mulheres que participaram em FND relativamente ao ano anterior, em que o valor foi de 4,5%.

Do **Ministério da Administração Interna**, em 2017, um elemento feminino da GNR, na classe de Oficial, integrou a missão internacional UNIOGBIS – Guiné-Bissau.

Dos/as militares aprontados em 2017 pelo Centro de Treinamento e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais da Unidade de Intervenção, dois elementos femininos pertencentes à classe de Guardas foram projetadas no âmbito das missões da FRONTEX, *Poseidon Sea 2017, Coast Patrol Boat* (01ABR17 a 30JUN17) e *JO EPN Triton*, como *Fingerprints Expert Officer* (04ABR17 a 07JUL17).

De destacar ainda que três elementos femininos da PSP integraram as missões internacionais: UNIOGBIS – Guiné-Bissau enquanto *Police Adviser*; EUMM – Geórgia enquanto *Police Monitor*; e enquanto Observadora na Missão de Verificação na Colômbia.

Medida 3 – Divulgar regularmente os postos vagos em organismos internacionais, de forma a promover a nomeação de mulheres para o exercício de cargos, de decisão e outros, nos organismos internacionais de apoio à construção da paz e segurança

Ministério da Defesa Nacional:

Na Marinha, 34 Convites foram publicitados em 2017 para organismos internacionais. (Cooperação Técnico Militar (CTM) e Cargos Internacionais). O único convite desagregado por sexo foi em 2016 para a Missão ONU Colômbia (1 nomeação para o sexo masculino e 1 para o sexo feminino). Na Força Aérea, todas as missões internacionais em que foi aberto concurso, foram divulgadas quer por mensagem, quer através do Portal. Nas missões do âmbito da ONU é divulgada a informação de que a participação de militares do sexo feminino é encorajada.

Ministério da Administração Interna:

Em 2017, a PSP procedeu à publicitação de 28 avisos, à submissão de 15 candidaturas de mulheres, das quais duas foram integradas em missões, ainda durante 2017. Das restantes, oito foram selecionadas durante 2017, tendo destacamento previsto para o primeiro trimestre de 2018; e quatro não foram selecionadas. Por outro lado, verificou-se a submissão de 41 candidaturas de homens, dos quais nove foram integrados em missões, ainda durante 2017; 22 foram selecionados durante 2017, sendo que integrarão missões em 2018; e, 11 não foram selecionados.

Ministério da justiça:

A DGPJ/MJ procedeu à divulgação, numa base regular, de postos vagos em organismos internacionais. As vagas divulgadas têm como objetivo proporcionar um serviço útil ao agregar, num só local, avisos de concursos de organizações internacionais com relevo para a área da Justiça. São divulgadas vagas no regime de “contratação”, que permite obviar a encargos por parte do serviço de origem, por oposição ao regime de “*secondment*” que implica custos para as entidades proponentes e o seu aval expreso no momento da candidatura. São, nomeadamente, divulgadas vagas na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (Hcch), no Conselho da Europa (CdE), no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização Europeia de Patentes (OEP), na Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), no Tribunal Penal Internacional (TPI), no Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), na UNESCO e na União Europeia

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/recrutamento>

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

O MNE publicita, com regularidade, as vagas em organizações internacionais, nomeadamente nas Nações Unidas (e agências subsidiárias), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e nas Missões Cívicas e Operações Militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, para cargos, de decisão e outros, de apoio à construção da paz e segurança, sendo dada prioridade a candidaturas do sexo feminino.

Além disto, o MNE transmite, de uma forma periódica, aos Ministérios da Defesa e da Administração Interna os concursos de recrutamento de oficiais militares e de segurança para as diversas operações de paz nas Nações Unidas.

Cumprido, também, destacar que, na circular telegráfica mensal relativa à Forças Nacionais Destacadas, a informação relativa a todas as missões e operações internacionais em que o Portugal está envolvido é desagregada por sexo.

Medida 4 – Promover a nomeação de mulheres para missões de observação eleitoral da UE, OSCE e CPLP.

Em 2017 foram pré-selecionados/as, como prioritários/as, 25 mulheres e 28 homens para as missões de observação eleitoral internacional organizadas pela União Europeia, dos quais foram selecionadas/os 14 mulheres e 12 homens em missões que decorreram na Libéria, Honduras, Nepal, Kosovo (eleições gerais e municipais), Quênia, Gâmbia e Timor-Leste (a pré-seleção inclui as candidaturas para a missão em Angola, que acabou por não se realizar já depois de escolhidos os observadores).

Em 2017 não houve participação institucional de observadores/as portugueses/as em missões da OSCE, enquanto no âmbito da CPLP participou um homem na missão à Guiné-Equatorial.

Medida 5 – Promover a integração das questões da igualdade de género e de todas as formas de violência contra as mulheres, raparigas e meninas, nas forças destacadas, incluindo em cenários de conflito, pós-conflito e missões internacionais de manutenção de paz e segurança.

O EMGFA encontra-se a desenvolver um estudo/parecer sobre proposta apresentada pelo Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) relativamente à integração da função de “*Gender Advisor*” (que poderá ou não incluir o “*Cultural Advisor*”) em todo o processo de desenvolvimento, implementação e avaliação das operações militares. Este estudo ainda se encontra a decorrer, antecipando-se a sua conclusão até ao final do primeiro semestre de 2018.

Importa ainda destacar as seguintes atividades:

- Frequência por uma oficial superior do EMGFA dos 3º e 4º módulos do III Curso de Formação em Igualdade de Género, em 07 de abril e 05 de maio, respetivamente.
- Participação de uma oficial superior do EMGFA em cada uma das seguintes atividades:
 - Na Conferência do V Aniversário do CIEG “Género, Organização e Poder”, realizada em 26 de maio, no CIEG/ISCP.

- Como Chefe de Delegação Nacional, na *“Annual Gender in Military Operations Discipline Conference”* do *Nordic Centre for Gender in Military Operations*, que teve lugar no dia 29 de maio; e, na Conferência Anual do *NATO Committee on Gender Perspectives*, que decorreu de 30 de maio a 2 de junho, ambas no Quartel-general da NATO, em Bruxelas.
- Participação de um oficial general do EMGFA no *“Key Leader Seminar on Gender in Military Operations”*, no *Nordic Centre for Gender in Military Operations*, em Kungsängen, Suécia, de 12-13 de junho.
- Participação, como observadora, na Conferência subordinada ao tema “Mulheres, Paz e Segurança: as questões de género nas missões internacionais”, promovida pela *Eurodefense Portugal* e ISCTE-CIES, ocorrida em 11 de outubro; no Painel III, subordinado ao tema “A nova visão estratégica da CPLP 2016-2026: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher/Resolução 1325 do CSNU, sobre mulheres, paz e segurança”, enquadrado no programa do Seminário Internacional promovido pelo IUM, ocorrido em 11 de outubro;
- Enquanto palestrante, na Palestra subordinada ao tema “A Integração da Perspetiva de Género nas Forças Armadas – O Papel do EMGA”, integrada no Painel “A Perspetiva de Género nas Forças Armadas Portuguesas e na NATO”, promovida pelo Clube Militar Naval, ocorrida em 26 de outubro.

Ainda dentro desta medida, o EMGFA encontra-se a dar continuidade ao procedimento de inclusão das Diretivas Operacionais (DIROP) dos procedimentos para a certificação das Forças a empenhar em operações da ONU, no domínio da política de tolerância zero sobre exploração e abusos sexuais, bem como na candidatura a cargos das NU, no âmbito do DPKO.

No âmbito da Marinha, destaca-se que a chefe do Gabinete de Perspetiva de Género (GPG) frequentou o curso *“A Comprehensive Approach to Gender in Operations”*, em Madrid, de 05 a 09 junho. Dois elementos do GPG assistiram ao seminário “Mulheres, Paz E Segurança, As Questões de Género nas Missões Internacionais” no ISCTE-IUL. Um elemento do GPG frequentou uma ação de sensibilização na APAV, com o tema “Tráfico de Seres Humanos”, e três dias de formação subordinado ao tema “Mutilação Genital Feminina”, projeto Mulheres Sem Fronteiras. Dois elementos do GPG, assistiram ao Seminário “A Convenção de Istambul”, promovido pela UMAR.

O Exército tem, em permanência, uma oficial superior nomeada para a função de *Gender Focal Point* que acumula com as funções de representante desse organismo na Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.

De referir ainda a participação de 1 oficial superior da Força Aérea (sexo masculino) no “*A Comprehensive Approach to Gender in Operations Course*” CESD, Madrid, Espanha, 04 a 09 de junho.

Medida 6 – Garantir a existência de gabinetes de apoio psicológico para apoio ao pessoal e respetivas famílias antes, durante e após a participação em missões de paz e de cooperação técnico-militar.

No EMGFA (HFAR), no âmbito do acompanhamento psicológico do foro clínico decorrente:

- de participação em missões de paz e cooperação técnico-militar, foram acompanhadas: 8 pessoas (homens);
- de participação em exercícios no território nacional, foram acompanhadas: 7 pessoas (6 homens, 1 mulher);
- de casos de violência doméstica, foram acompanhadas: 14 pessoas (4 homens, 10 mulheres).

No Exército, é de destacar a existência do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), através do Núcleo de Apoio Psicológico e Intervenção na Crise (NAPIC), que presta apoio psicossocial e intervenção na crise a militares, funcionários civis e familiares diretos. Na Força Aérea, de destacar o Despacho n.º 04/03/A, de 20 janeiro sobre a linha verde de apoio às famílias de militares em serviço exterior.

Área Estratégica 2 - Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança

Medida 7 – Realizar ações de formação sobre igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas, incluindo violência sexual, violência de género e tráfico de seres humanos, para dirigentes e quadros técnicos da área da justiça, das forças armadas e forças de segurança.

Ministério da Defesa Nacional:

No EMGFA, de notar a participação da sua representante na Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género e Implementação da RCSNU 1325 (Oficial superior, sexo feminino), em 8 ações promovidas por várias entidades nacionais (indicados na Medida 5). Na Marinha, foram ministradas 5 palestras aos cursos de Formação de Sargentos (CFS) e Cursos de Promoção a Sargento-Chefe (CPSC) - 107 homens e 9 mulheres.

Refira-se que até à data ainda não houve mulheres a frequentar o CPSC, facto que se deve a tempo insuficiente de permanência no posto. Prevê-se que durante 2018 a primeira mulher venha a frequentar o CPSC.

Ministério da Administração Interna:

Em 2017, a GNR, através da Direção de Investigação Criminal, realizou as seguintes ações de formação específica de militares da Guarda, em matéria de prevenção, atendimento e proteção das vítimas de violência doméstica, sendo nestas formações incluída a temática da igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas:

- 11.º Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas, que decorreu no período de 03JUL17 a 07JUL17, frequentado por 49 formandos/as e com 30 horas específicas de formação neste âmbito;
- 42.º Curso de Investigação Criminal de Guardas, que decorreu no período de 13MAR17 a 19JUL17, frequentado por 26 formandos/as e com um módulo de 06 horas específicas de formação neste âmbito;
- 5.º Curso de Investigação Criminal para Oficiais, que decorreu no período de 26ABR17 a 09JUN17, frequentado por 25 formandos/as e com um módulo de 18 horas específicas de formação neste âmbito;

- 6.º Curso de Investigação Criminal para Sargentos, que decorreu no período de 26ABR17 a 09JUN17, frequentado por 28 formandos/as e com um módulo de 18 horas específicas de formação neste âmbito; e
- 43.º Curso de Investigação Criminal de Guardas, que decorreu no período de 23OUT17 a 21DEZ17, frequentado por 27 formandos/as e com um módulo de 06 horas específicas de formação neste âmbito.

No total, foram envolvidos nestas ações de formação 155 militares, respetivamente, 28 oficiais, 32 sargentos e 95 guardas, sendo 8 do sexo feminino e 147 do sexo masculino.

Em 2017, a GNR, através da Escola da Guarda, realizou:

- No âmbito do Curso de Formação de Guardas 2016/2017, que decorreu no período de 07NOV16 a 22SET17, frequentado por 319 formandos/as – dos quais 46 elementos femininos e 273 masculinos, as palestras intituladas:
 - “Conferência sobre a Tortura e Outras Penas Ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, a 13JUN17 (2 horas); e
 - “Informação e Tráfico de Seres Humanos”, a 22JUN17 (2 horas).
- No âmbito do Curso de Promoção a Cabos 2017, frequentado por 150 formandos/as – dos quais 18 elementos femininos e 132 masculinos -, a palestra intitulada “Tráfico de Seres Humanos: Uma questão de Direitos Humanos do quadro legislativo à intervenção”, composta por duas sessões (de 2 horas cada), a 19SET17;
- No âmbito do 23.º Curso de Promoção a Sargento-Ajudante, frequentado por 75 formandos/as – dos quais 5 elementos femininos e 70 masculinos -, a palestra intitulada “Tráfico de Seres Humanos: Uma questão de Direitos Humanos do quadro legislativo à intervenção”, composta por uma sessão de 2 horas, a 25OUT17 ;
- No âmbito do 14.º Curso Fiscal para Guardas, frequentado por 32 formandos/as – dos quais 4 elementos femininos e 28 masculinos -, a palestra intitulada “Tráfico de seres humanos” (2 horas), a 24JAN17 (2H).

No total, assistiram a estas palestras 155 militares, 75 sargentos e 501 guardas, sendo 73 do sexo feminino e 503 do sexo masculino.

Em 2017, a PSP ministrou:

- 5 Ações de formação “Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade” (M.I.P.P.) - que incluiu os módulos: violência doméstica, violência sobre idosos, tráfico de seres humanos,

fenómenos extremistas e delinquência juvenil -, as quais foram frequentadas por 14 elementos femininos e 62 elementos masculinos.

- 9 Ações de formação em Violência Doméstica, as quais foram frequentadas por 19 elementos femininos e 105 elementos masculinos.

Ministério da Justiça:

Em 2017, no quadro da Formação em Linguagem Inclusiva no âmbito da Igualdade de Género, a DGPI promoveu, no dia 18 de outubro, uma Ação de Formação, organizada pelo Gabinete de Relações Internacionais, subordinada ao tema “Linguagem Inclusiva no Âmbito da Igualdade Género”, ministrada pela Dra. Teresa Alvarez, da CIG, destinada aos/às pontos focais da cooperação do Ministério da Justiça e aos/às colaboradores/as dos vários organismos e entidades do setor da Justiça. Esta formação, bastante participada, incidiu especialmente sobre a utilização de linguagem inclusiva pela Administração Pública, nomeadamente na produção de documentação interna e na comunicação com o público.

Medida 8 – Promover a formação em igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas, incluindo violência sexual, violência de género e tráfico de seres humanos, das forças armadas e forças de segurança e da área da justiça nomeados para missões internacionais de construção e manutenção de paz e segurança.

Ministério da Defesa Nacional:

O EMGFA tem acompanhado as ações de divulgação sobre formação na área do Género e assegurando que a mesma chega ao conhecimento dos Ramos, nomeadamente:

- A nível nacional (1 ação):
 - as ações de formação e de reflexão (conferências e seminários) desenvolvidas sob a égide da CIG, PCM; e outros organismos de ensino superior (e.g. CIEG-ISCS);
 - “Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género”, desenvolvido pelo CIEG-ISCS
- A nível internacional (sob a égide da EU, UN e NATO) (3 ações)
 - “*Key Leader Seminar on Gender in Military Operations*”;
 - “*A Comprehensive Approach to Gender in Operations*”;
 - Conferência Anual do NCGP. Durante o ano de 2017 foi ministrada formação às Forças Nacionais Destacadas neste âmbito, num total de 354 militares do sexo masculino (Oficiais – 54, Sargentos – 94, Praças - 206) e 6 militares do sexo

feminino (Oficiais – 1, Sargentos – 3, Praças - 2), correspondendo o número de militares do sexo feminino a 2% do total.

Todos/as os/as militares da Força Aérea que integram missões internacionais são sensibilizados/as para estas matérias. No caso concreto das missões no âmbito das Nações Unidas, os/as militares são, inclusivamente, e por imposição da ONU, sujeitos/as a um teste de avaliação sobre estas matérias.

Ministério da Administração Interna:

Em 2017, a GNR participou, com um elemento feminino, na classe de Oficial, no curso “*A Comprehensive Approach to Gender in Operations*”, da Academia Europeia de Segurança e Defesa, decorrido entre 11DEZ17 e 15DEZ17, na Haia, Holanda.

Ministrou ainda 1 tempo letivo de formação no âmbito do Tráfico de Seres Humanos a 112 militares da Guarda que frequentaram os apertamentos para missões FRONTEX, dos quais 2 elementos femininos e 110 masculinos.

Medida 9 – Promover o intercâmbio e divulgação das experiências vividas entre elementos destacados em missões de manutenção e construção da paz e segurança.

Aos/às militares destacados/as em missões internacionais, cuja nomeação é da responsabilidade do EMGFA, é solicitado o desenvolvimento e apresentação de relatório final de missão. A análise desses relatórios permitiu apenas verificar que a referência à questão da perspectiva de género é ainda inexistente na maior parte dos casos, e quando algo é referido, é normalmente enquadrado nas questões culturais.

Medida 10 – Elaborar relatório sobre a participação das mulheres das forças armadas em missões de paz entre 2008/2013 e promover a divulgação dos resultados.

Medida não executada.

Medida 11 – Elaboração de um Código de Conduta para pessoal envolvido na gestão de crises e em operações de paz bem como os respetivos mecanismos de monitorização.

Medida não executada.

Área estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal

Medida 12 – Integrar a temática «mulheres, paz e segurança» nas ações de cooperação técnico-militar bilateral e multilateral.

Durante o ano 2017, o Exército colaborou com a Direção-Geral das Políticas de Defesa Nacional e o Instituto Universitário Militar (IUM), através da participação de uma oradora no XIV Seminário do CAE/CPLP.

Foi realizado o Seminário Internacional Político e Estratégico do CAE/CPLP, no qual estava incluído o Painel III, “A nova visão estratégica da CPLP 2016-2026: Os objetivos de desenvolvimento sustentável – Igualdade do género e empoderamentos da mulher – Resolução 1325 do CSNU, sobre mulheres, paz e segurança”.

Medida 13 – Incluir a temática «mulheres, paz e segurança» na cooperação jurídica e judiciária com outros Estados, nomeadamente com vista à implementação da Resolução 2106, do CSNU.

Medida não executada.

Medida 14 – Integrar as questões de género e da violência contra mulheres e raparigas, incluindo a violência doméstica, as práticas tradicionais nefastas e o tráfico de seres humanos, bem como as questões da necessidade de proteção das vítimas e punição dos/as agressores/as, no quadro da cooperação técnico-jurídica com os ministérios da justiça, tribunais e órgãos de investigação criminal, dos países parceiros.

Todos os programas de cooperação na área da justiça, submetidos em 2016 e que vigoraram em 2017, designadamente para Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé, Guiné e Angola, tiveram incorporada menção expressa à dimensão de género.

Medida 15 – Promover a integração da temática “mulheres paz e segurança” nos documentos das Nações Unidas, UE, CPLP, OSCE e OTAN.

No Quadro das NU:

Portugal participou no Debate Aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Violência Sexual em Situações de Conflito, organizado pela presidência do Uruguai a 15 de maio. Participou, de igual modo, no Debate aberto sobre mulheres, paz e segurança, que teve lugar durante a presidência francesa do Conselho, a 27 de outubro.

Também no quadro das Nações Unidas, destaca-se que, no seguimento da iniciativa Espanhola no Conselho de Segurança em 2015, Portugal designou um Ponto de Contacto para a rede de Pontos de Contacto para a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, tendo participado na 2ª reunião, que teve lugar em Nova Iorque, a 21 de setembro.

No que respeita à 3ª Comissão da Assembleia Geral das nações Unidas e ao Conselho de Direitos Humanos, Portugal pugnou, ativamente, pela inclusão de referências à Resolução 1325 e à violência sexual em conflito nas várias resoluções e declarações relevantes.

No decorrer da 61ª sessão da Comissão do Estatuto da Mulher do ECOSOC (março 2017), Portugal procurando dar destaque à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. A delegação nacional contou com a presença de S. Exa. a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

No Quadro da OSCE:

No que respeita a candidaturas, Portugal apoiou catorze candidatas a vagas na OSCE, tendo presentemente duas candidatas em missões no terreno, sete candidaturas em fase de avaliação, e tendo cinco candidaturas rejeitadas. A Dra. Anabela Atanásio Alves desempenha, desde 13 de junho de 2016, as funções de *Human Rights Adviser* na Missão da OSCE no Kosovo, e a Dra. Dulce Jacinto desempenha, desde 10 de dezembro de 2017, as funções de *Monitoring Officer* na Missão Especial de Monitorização na Ucrânia.

Após convite da presidência britânica do Comité da Dimensão Humana da OSCE, a CIG apresentou o relatório voluntário de Portugal sobre igualdade de género na reunião “Género e

Democracia: participação política e pública das mulheres”, realizada em Viena, 2 de maio de 2017.

Portugal assegurou, uma vez mais, a representação nacional na Reunião Anual de Implementação da Dimensão Humana da OSCE (HDIM), que teve lugar em Varsóvia, de 11 a 22 de setembro, tendo a Embaixada em Varsóvia e a Representação Permanente de Portugal junto da OSCE.

Cumpre, também, destacar que Portugal esteve representado, através da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), no *workshop* sobre mediação no Mediterrâneo no contexto da agenda sobre mulheres, paz e segurança, realizado em Viena nos dias 7 e 8 de novembro de 2017.

Ainda no quadro da OSCE, Portugal preencheu dois questionários preparados pelo Escritório para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos (ODIHR), um sobre a participação de pessoas Roma e Sinti, incluindo mulheres e jovens, na vida política e pública na região OSCE, outro sobre mulheres nas forças armadas da região OSCE, tendo este último sido preparado pelo Ministério da Defesa Nacional.

No Quadro da UE:

Portugal promoveu sistematicamente a integração de uma perspetiva de género e sobre mulheres, paz e segurança, participando ativamente nas discussões em curso, nomeadamente, no grupo de trabalho do Conselho de Ministros sobre Direitos Humanos, no Comité Político e de Segurança, no Comité dos Aspetos Cívicos da Gestão de Crises da UE e no Grupo Político-Militar.

Portugal participou ativamente na Reunião do COPS em que participou a Conselheira Principal do Serviço Europeu de Ação Externa em questões de Género e de aplicação da Resolução 1325, sublinhando a importância de promover a coerência e coesão interna/externa, sinalizando que se encontra em vigor o II Plano Nacional para a implementação da RCSNU 1325 (2014-18). Referimos, ainda, o carácter transversal das questões de género e da agenda Mulheres, Paz e Segurança que deverão ser refletidas, também, na fase pós-conflito e ser integradas na política de desenvolvimento, de cooperação com a vizinhança e ajuda humanitária.

Sempre que necessários, foram remetidos elementos sobre a implementação das Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820 sobre Mulheres, Paz e Segurança para o relatório da UE sobre a implementação destas resoluções. Neste contexto, colaborámos ativamente no processo de revisão dos indicadores que visam medir a implementação destas resoluções na UE.

No Quadro da NATO:

Portugal promoveu sistematicamente a integração de uma perspetiva de género tendo participado ativamente nas discussões em curso, nomeadamente, no âmbito da revisão do relatório de progresso sobre a implementação da política da NATO/EAPC sobre Mulheres, Paz e Segurança, em sede do Comité dos Representantes Permanentes Adjuntos.

No âmbito das Reuniões do Conselho do Atlântico Norte em que participou a Representante Especial do Secretário Geral da NATO para “Mulheres, Paz e Segurança”, Portugal reiterou a importância de “*mainstreaming*” das questões de género e propôs que a dimensão de género seja integrada nos futuros IPCP (Programa Individual de Parceria e Cooperação), bem como um envolvimento regular do Conselho na discussão e trabalho da temática.

Portugal integra ainda a iniciativa de um grupo “*like minded*”, liderado pela Secretária-Geral Adjunta, que procura trabalhar novas propostas nesta área. Neste contexto, e tendo em atenção a importância desta temática no domínio da projeção de estabilidade, propôs trabalhar, numa ação conjunta entre a NATO e as Nações Unidas, o papel das mulheres na luta contra o terrorismo.

Medida 16 – Participar ativamente na *task force* da UE para a implementação da RCSNU 1325.

O MNE continuou a divulgar e a participar, em conjunto com a CIG, nas reuniões da *task force* da UE para a implementação da Resolução do CSNU 1325, tendo circulado os respetivos relatórios ao GT de acompanhamento do 2º PNA 1325.

Circulou, também, informação e convites relativos a eventos de natureza diversa sobre esta temática.

Medida 17 – Promover os objetivos da RCSNU 1325 nas missões de PCSD da UE, nomeadamente o aumento da participação de mulheres, a formação sobre a RCSNU 1325, incluindo sobre a violência sexual em situações de conflito, sobre VIH/SIDA e saúde das mulheres.

O MNE tem defendido a integração de uma perspetiva de género nas missões civis e operações militares da PCSD e promoveu a inclusão das questões de género nos relatórios e restante documentação a apresentar pelas missões e operações.”

No que respeita ao número de mulheres envolvidas, cumpre destacar as Missões Frontex: 1 onde há duas mulheres Portuguesas integradas.

Medida 18 – Formular recomendações a outros Estados sobre a implementação da RCSNU 1325 nas declarações nacionais no âmbito do Exame Periódico Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Como em anos anteriores, no âmbito das sessões do Exame Periódico Universal (UPR) no Conselho de Direitos Humanos das NU que decorreram em 2017, Portugal recomendou, aos Estados que ainda não o tivessem feito, a criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança segundo a resolução do Conselho de Segurança 1325.

Medida 19 – Contribuir regularmente para os Indicadores das Nações Unidas para Monitorizar a Implementação da RCSNU 1325.

O MNE mantém uma política de contribuição regular, e atempada, respondendo aos questionários e pedidos de informação das Nações Unidas, incluindo sobre a implementação da RCSNU.

Medida 20 – Apoiar o reforço da participação das mulheres, raparigas e meninas e a defesa dos seus direitos humanos, poder e influência nos projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Medida não executada.

Área estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática “mulheres, paz e segurança”, e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade

Medida 21 – Divulgar o II PNA 1325.

Os Ministérios e serviços envolvidos na implementação do II PNA 1325 continuaram a divulgar o Plano em várias iniciativas nacionais e internacionais.

Medida 22 – Incluir o tema “mulheres, paz e segurança” nos cursos ministrados pelo IDN e IESM.

Medida não executada.

Medida 23 – Gerir e atualizar a página *web* sobre mulheres, paz e segurança.

A CIG gere e atualiza permanentemente a página sobre mulheres, paz e segurança².

Medida 24 – Realizar debates sobre a temática «mulheres paz e segurança».

A 4 de abril de 2017, um Inspetor do SEF participou, como orador, na conferência internacional do ISCTE sujeita ao tema “Vulnerabilidade das mulheres vítimas de tráfico para exploração sexual”.

² <https://www.facebook.com/MulheresPazESeguranca>

Medida 25 – Divulgar documentos e orientações internacionais em matéria de mulheres, paz e segurança.

O MNE divulga regularmente informação e orientações sobre assuntos de Mulheres, Paz e Segurança, com especial foco em documentos das Nações Unidas, União Europeia, OSCE.

Medida 26 – Promover ações de sensibilização em questões de saúde e direitos humanos, incluindo sobre violência sexual e violência de género, de acordo com os objetivos do plano, aos/às alunos/as do ensino superior.

Foi ministrada formação a discentes do Curso de Promoção a Oficial Superior Exército (ano letivo 2016/17) e do Curso *“Gender, the Armed Forces and International Security”*, promovido pelo ISCTE.

Foram integradas ações de sensibilização sobre estas temáticas na Unidade Curricular de Sociologia Militar ministrada a 23 alunos/as (3 do sexo feminino e 20 do sexo masculino), durante o 2.º semestre do 2.º ano do Curso de Mestrado em Aeronáutica Militar.

Foram atribuídos dois Trabalhos de Investigação Individual, um no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea, com o tema *“A igualdade de género na Força Aérea”*, e outro no âmbito do Curso de Estado Maior Conjunto com o tema *“A integração da perspectiva do género – um modelo para as organizações militares”*.

**Área estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da
Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000)
sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018)**

Medida 27 – Promover reuniões com representantes da sociedade civil para implementação, acompanhamento e avaliação do II PNA 1325.

Medida não executada.

Medida 28 – Cooperar com as organizações da sociedade civil no intercâmbio de competências no âmbito dos assuntos de género, nos teatros de operações e missões internacionais de manutenção da paz, gestão civil de crises e gestão de emergência no domínio da proteção civil.

Medida não executada.

Medida 29 – Apoiar projetos de cooperação promovidos por organizações da sociedade civil, no âmbito de intervenção do plano.

Medida não executada.

Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

O presente documento constitui um balanço da implementação do II PNA 1325, durante 2017.

Das 29 medidas previstas 2017, tiveram execução 21, correspondendo a 76%, o que se pode considerar menos positivo atendendo à média das taxas de execução dos anos anteriores.

Quadro-resumo

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2017 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2017	Percentagem de medidas executadas em 2016
Área Estratégica 1	6	1+5	6	100%
Área Estratégica 2	5	2+3	3	80%
Área Estratégica 3	9	9	7	78%
Área Estratégica 4	6	4+2	5	83%
Área Estratégica 5	3	1+2	0	0%
TOTAL	29	29	21	76%

Siglas Utilizadas

- AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas
- CICL** – Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P
- CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DGAI** – Direção-Geral de Administração Interna
- DGPJ** – Direção-Geral de Políticas de Justiça
- DGRSP** - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- FS** – Forças de Segurança
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- INML** – Instituto Nacional de Medicina Legal
- MAI** - Ministério da Administração Interna
- MDN** - Ministério da Defesa Nacional
- MJ** - Ministério da Justiça
- MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros
- ONG** – Organizações Não Governamentais
- PCM** - Presidência do Conselho de Ministros
- PGR** – Procuradoria-Geral da República
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- RCSNU** – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- RCM** – Resolução do Conselho de Ministros